

Caso Marielle abre caminho para PF investigar leniência da polícia com crime no Rio

CASO MARIELLE E ANDERSON

NOVAS FRENTES

PF deve investigar outros crimes sem resolução citados por Lessa e testemunhas

EDUARDO GONÇALVES  
BRASIL

A Polícia Federal deve investigar outros homicídios com suspeita de participação do crime organizado no Rio que não foram desvendados por autoridades estaduais. Os assassinatos foram citados no inquérito sobre as mortes da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, inclusive na delação premiada do ex-policial militar Ronnie Lessa.

Integrantes da cúpula da PF e do Ministério da Justiça veem nos depoimentos de Lessa e dos demais investigados e testemunhas caminhos para chegar ao desfecho de outros casos envolvendo milícias, tráfico, jogo do bicho e disputa por territórios, incluindo homicídios praticados pelo Escritório do Crime, grupo que tinha Lessa como um dos seus matadores de aluguel.

Investigadores avaliam que provas recolhidas nas operações de busca e apreensão no domingo, como celulares e documentos, vão ajudar a trazer novos elementos para corroborar as informações apresentadas no inquérito.

O relatório final da PF sobre o Caso Marielle aponta um cenário de omissão e ações de sabotagem na Polícia Civil, responsável por elucidar os crimes que ficaram sem resposta. De acordo com a investigação, a estrutura que deveria ser direcionada para as apurações atuou, na verdade, a favor de organizações criminosas.

"A Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Rio, devidamente capitaneada por Rivaldo Barbosa, se tornou um ambiente permissivo para que organizações criminosas das mais diferentes espécies entrassem ali em refúgio para a impunidade dos seus crimes", diz o relatório da PF.

Rivaldo foi preso preventivamente por supostamente ter desviado o foco das apurações para proteger o deputado

do federal Chiquinho Brazão e o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Domingos Brazão — ambos também detidos, suspeitos de serem os mandantes.

Segundo o blog Segredos do Crime, do GLOBO, Lessa deu relatos sobre outros 11 crimes à PF, além do homicídio de Marielle. Entre os casos, está o assassinato não desvendado do candidato a vereador e presidente da Portela Marcos Falcon, em 2016. Em depoimento à PF, o delegado Brenno Carnevale, atual secretário municipal de Ordem Pública do Rio, relatou o sumiço de peças do inquérito e a ingerência de Rivaldo sobre a apuração. A filha do ex-presidente da escola de samba também afirmou em depoimento que o próprio pai era avisado por policiais da delegacia quando era citado em investigações.

Carnevale também conta no inquérito que a apuração sobre a morte do contraventor Hayilton Escafura, em 2017, foi retirada de sua alçada sem qualquer explicação — uma decisão judicial relatou que, diante da inércia da delegacia, a investigação "aparenta não ter mais se desenvolvido rumo a uma conclusão".

RELATÓRIO CITA SABOTAGEM

Lessa, por sua vez, relatou que foi contratado pelo bicheiro Bernardo Bello para matar a ex-presidente do Salgueiro Regina Celi, o que acabou não acontecendo. O relatório da PF também cita como exemplo de investigação "sabotada" a morte de José Luis de Barros Lopes, o Zé Personal, em 2011 — ele era genro de Maninho, ex-patrão do Salgueiro. Em outro caso conectado com a contravenção, depoimentos afirmam que policiais da delegacia receberam propina para que a morte de Geraldo Pereira, que era funcionário do bicheiro Rogério Andrade, não fosse investigada.

Durante a investigação da morte de Marielle, foi assassinado o ex-PM Edmilson da



Delator. O ex-PM Ronnie Lessa, acusado de atirar em Marielle e Anderson, revelou esquema de corrupção na polícia



Sumiço de peças do inquérito. Candidato a vereador e presidente da Portela, Marcos Falcon foi morto em 2016



Investigação 'sabotada'. Zé Personal, genro do bicheiro Maninho, morto na guerra da contravenção em 2011



Sem desfecho. Geraldo Pereira, que era funcionário do bicheiro Rogério Andrade, foi executado no Recreio



Sem rumo. O bicheiro Hayilton Escafura, morto em 2017, delegado denuncia que caso foi retirado de sua alçada

Silva de Oliveira, o Macalé, em 2021. Ele é apontado pelas investigações como um elo entre os mandantes e os executores da vereadora.

Apesar de tratarem o caso Marielle como o encerrado, as autoridades querem convencer os irmãos Brazão e Rivaldo a colaborarem com a Justiça. Por isso, preveem encaminhá-los para presídios federais diferentes — sem contato um com o outro, os alvos podem cair no dilema de quem vai colaborar primeiro e receber os benefícios penais decorrentes do acordo.

A expectativa é que os casos se mantenham na PF do Rio, comandada pelo delegado Leandro Almada. Ele assina o relatório do caso Marielle e foi o responsável pela investigação que apurou a existência de uma organização criminosa para atrapalhar a resolução do assassinato da vereadora.

REPERCUSSÃO AMPLA

Usada pelo ex-ministro da Justiça Flávio Dino para "federalizar" indiretamente o caso Marielle, a lei 10.446 diz que a PF pode ser acionada para investigar casos com "repercussão interestadual ou internacional" relacionadas à "violação de direitos humanos", aos quais o país "se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte". Essas mortes provocadas pela contravenção e a milícia em associação com autoridades policiais poderiam ser enquadradas nessa definição.

— É preciso que se veja nessa janela uma oportunidade para aprofundar o combate ao crime organizado no Rio de Janeiro e no Brasil — disse ontem o ministro Gilmar Mendes, do STF.

Também com o intuito de dar um novo fôlego a investigações que não chegaram ao fim, a deputada Luciene Cavalcante (PSOL-SP) enviou um ofício ao Ministério Público Federal (MPF) do Rio pedindo que casos supervisionados por Rivaldo sejam revistos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Rio Pagina: 24